

Alberto Ramos Santana \*

## A investigação sobre a Região Demarcada do Jerez na última década \*\*

Ainda que nos últimos anos se esteja a produzir uma renovação do interesse da investigação humanística pela produção e consumo dos vinhos e, em consequência, um alargamento dos campos temáticos e do número e especialização dos investigadores, quando nos voltamos para os vinhos do Jerez o panorama historiográfico continua escasso, começando apenas a despontar.

O reconhecimento da importância do tema que tratamos e a constatação de que era uma tarefa pendente na História e na formação social e económica da região envolvente da Universidade de Cádiz (como se pode concluir do panorama que nos vai oferecer o meu colega Javier Maldonado, sobre a investigação até finais dos anos oitenta deste século) foi o que nos conduziu à formação do Grupo de Investigação *Historia Contemporanea. Cádiz*, no seio da nossa Universidade, no ano de 1989. Foi formado e financiado no âmbito dos *Grupos de Investigación y Desarrollo Tecnológico*, inserido no *Plan Andaluz de Investigación*, da *Consejería de Educación y Ciencia* da *Junta de Andalucía*.

O Grupo surgiu para trabalhar sobre a formação do capitalismo – agrário e industrial – na Região Demarcada do Jerez, sobre a formação do capitalismo e as suas consequências sociais e políticas. Para iniciar a nossa investigação delineámos, como primeira hipótese, as fases que poderíamos considerar como primordiais na evolução da produção vitivinícola, nos dois últimos séculos:

- fase de formação da indústria vitivinícola contemporânea, entre finais do século XVIII e o primeiro terço do século XIX;
- fase de desenvolvimento, até finais do século passado;
- fase da crise filoxérica, até à segunda década do nosso século;

■ Universidade de Cádiz (Unidad de Estudios Históricos del Vino).

■ Tradução de Natália Fauvrelle Costa. Revisão de José Ignacio de la Torre Rodríguez.

- fase de recuperação, caracterizada por um incremento da concentração da propriedade;
- fase de transferências na propriedade das empresas do subsector e de maior concentração das mesmas, desde os anos sessenta.

Por último haveria a considerar que, com o decorrer do tempo, provavelmente devido à facilidade de obtenção de benefícios e à perda de uma cultura empresarial, a par de uma mentalidade senhorial, a burguesia vinhateira adopta uma atitude indolente que a levará, já na segunda metade do nosso século, à perda do controlo sobre as empresas. Estas caem nas mãos do capital financeiro e das companhias que controlavam a comercialização dos seus produtos no mercado internacional.

Seguindo esta hipótese, as principais questões que propusemos como objecto da nossa análise, em relação ao cultivo da vinha e à elaboração do vinho, foram:

- Evolução da superfície do vinhedo e sua incidência na estrutura do aproveitamento da terra.
- Estrutura da propriedade de vinhedo e identidade dos proprietários; regime de posse e transferências de propriedade.
- Sistemas de cultivo, colheitas, preços, salários, taxas de lucro e níveis de renda.
- Contribuição fiscal.
- Origem, quantia e composição dos capitais.
- Número de empresas, dimensões, tipologia, organização, evolução tecnológica.
- Estrutura da propriedade empresarial e suas características.
- Produtos, artigos e marcas comercializadas.
- Produção, mercados e sistemas de vendas.
- Preços, salários, benefícios, contribuição fiscal das empresas.
- Política comercial e fiscal do Estado.
- Formação e características das indústrias auxiliares.
- Instituições que surgem em torno do mundo vitivinícola: grémios de lavradores, tanoeiros, lenhadores, armazenistas, produtores, câmaras agrárias, câmaras de comércio, indústria e navegação, sindicatos e demais associações profissionais.

Consideramos que nos últimos anos temos dado contributos com algum interesse, apesar de, obviamente, não sermos os únicos a trabalhar sobre a Região Demarcada do Jerez. Prosseguiremos fazendo uma breve abordagem daquilo que se tem vindo a investigar desde finais dos anos oitenta, tanto por nós como por outros investigadores. Contudo, permitam-nos a imodéstia de usarmos como eixo de argumentação o nosso próprio projecto de investigação.

O primeiro ponto que queríamos abordar era, como antes indicamos, o da terra, isto é, conhecer a superfície e a estrutura da propriedade do vinhedo, a identidade dos proprietários, o regime de posse, etc.

As principais transformações na estrutura da propriedade da vinha deram-se, como é sabido, durante o segundo terço do século XIX, razão pela qual, para iniciar o nosso trabalho, nos fixámos na situação de princípios de Oitocentos, situação herdada da centúria anterior.

Para esta análise o nosso Grupo de Investigação recorreu principalmente à informação procedente de um *Padrón General de la Riqueza del Reino*, datado de 1818<sup>1</sup>. De imediato compreendemos que o referido documento correspondia aos trabalhos estatísticos elaborados para a reforma fiscal de Martín de Garay que, durante muitos anos, se considerou como irrealizada<sup>2</sup>.

Convém recordar que a ideia reformadora de Garay<sup>3</sup> consistia, basicamente, na supressão das rendas provinciais, seus equivalentes e alguns tributos menores, que seriam substituídas por uma contribuição geral, proporcional às receitas de cada contribuinte, que se distribuiria por todas as povoações do reino, à excepção das capitais de província e portos mais importantes, que pagariam, por seu turno, direitos de portagem por todas as mercadorias que se introduzissem nos centros urbanos (Real Decreto de 30 de Maio de 1817).

Para pôr em marcha a Contribuição Geral era preciso elaborar previamente uma estatística, em que se registasse, para cada contribuinte, «*lo que ha de pagar por las tierras, casas, rentas, industria y comercio*»<sup>4</sup>. Em Fevereiro de 1818, o Ministério da Fazenda ordenou a elaboração de um «*apeo y valoración general del capital y productos específicos de todas las tierras, edificios y propiedades de cada pueblo*». Neste *Cuaderno* recolher-se-ia, em três grandes epígrafes, a riqueza territorial, industrial e mercantil, incluindo em cada epígrafe a descrição dos bens, o valor dos produtos e a base tributável, que se obtinha depois de apli-

<sup>1</sup> O documento foi encontrado no *Archivo da Diputación Provincial de Cádiz*, ocasionalmente, quando procurávamos documentação relativa à desamortização em Cádiz, para a nossa Memória de Licenciatura, defendida em 1978.

<sup>2</sup> Em geral, tem-se considerado que não se conseguiram realizar as demarcações das terras nem os cadernos e, como prova, refere-se que quando as comissões decidiram realizar uma matrícula cadastral, em 1842, não encontraram rastro algum dos trabalhos que deveriam ter-se iniciado em 1817. ARTOLA, Miguel – *La Hacienda del siglo XIX. Progressistas y moderados*. Madrid, 1986, p. 22.

<sup>3</sup> Uma explicação sintética das intenções e conteúdos da reforma de Martín Garay pode ser encontrada na obra de Miguel Artola, citada na nota anterior; podemos encontrar igualmente em FONTANA, Josep – *La quiebra de la monarquía absoluta. 1814-1820*. Barcelona, 1974.

<sup>4</sup> Para realizar a estatística ordenou-se a criação de três tipos de juntas: Juntas locais ou das vilas, que nomeavam os peritos repartidores e determinavam a taxa de cada vizinho e proprietário; Juntas dos *partidos judiciales*, cuja função era supervisionar e assessorar as locais; e Juntas provinciais, que faziam a ponte entre a administração central e as Juntas dos *partidos*, além de se encarregarem da aprovação do montante pago por cada vila.

car deduções fixas para gastos produtivos conforme as culturas, actividades industriais ou mercantis e, em último caso, para a manutenção das casas.

No nosso projecto, o Padrão de riqueza de 1818, que nos serve de base documental, não é mais que os sobreditos *Cuadernos de apeo y valoración*. Consideramos, portanto, que os resultados que podemos obter da nossa investigação partem de uma informação praticamente inédita que pode dar muitos frutos.

Localizado este material para vários municípios da província gaditana, era preciso encontrar o método de trabalho – não quero cansá-los com a narração das dificuldades metodológicas da análise do documento. Para experimentar uma metodologia, Javier Maldonado abordou o caso de El Puerto de Santa María<sup>5</sup>.

Em 1818, o vinhedo ocupava em El Puerto de Santa María uma superfície de 2557,5 aranzadas<sup>6</sup>, que representava 13,06% da superfície cultivada do campo portuense.

Tal como nos outros municípios da Região Demarcada do Jerez, as vinhas portuenses classificam-se em função das terras em que se situam, ou seja, em salobras, lamacentas ou arenosas. A qualidade dos mostos que se produzem, dos superiores aos inferiores, estão em conformidade com a referida classificação das terras, ainda que, simplificando para a época, as possamos reduzir a vinhas gordas (as de terras salobras e lamacentas) e vinhas de areias. Em 1818, em El Puerto de Santa María a proporção dos tipos de vinhas era muito similar: 52,8% de vinhas gordas e 47,2% de vinhas de areias.

Deve destacar-se que nesta época o vinhedo portuense<sup>7</sup> apresentava plantações de pequenas ou médias dimensões, em média 8 aranzadas, nunca grandes. Além disso, em 60% dos casos, a vinha estava associada a outras culturas na mesma parcela<sup>8</sup>.

Por outro lado, cabe assinalar o predomínio quase absoluto de médios e pequenos proprietários no controlo do vinhedo portuense, já que 56,75% da vinha estava nas mãos de 53 médios proprietários, enquanto 41,53% era controlado por 209 pequenos proprietários; os grandes proprietários, 3, controlavam apenas 1,72%. Mas, dada a sua alta rentabilidade, possuir 40 ou 50 aranzadas de vinha, significava ser um grande lavrador de vinho.

<sup>5</sup> MALDONADO ROSSO, Javier – *La propiedad de la tierra El Puerto de Santa María a inicios de la Edad Contemporánea*. Universidade de Cádiz, 1986. Dissertação de Licenciatura, policopiada.

<sup>6</sup> N.T.: A aranzada é uma medida de superfície espanhola que equivale a 38 ares, ou seja, 3800 m<sup>2</sup>.

<sup>7</sup> N.T.: Neste caso, o termo «portuense» refere-se aos habitantes de El Puerto de Santa Maria.

<sup>8</sup> O tamanho médio das plantações (de qualquer produto) era geralmente de 24 aranzadas. A oliveira e os cereais, os produtos mais rentáveis do campo portuense, tinham uma extensão média de 51 e 62 aranzadas, respectivamente.

Acrescente-se que sob o ponto de vista social, em 1818, a vinha pertencia maioritariamente – 96,4% da superfície – a um grupo de proprietários do terceiro estado e alguns da baixa nobreza. Uns 3% estavam nas mãos de proprietários eclesiásticos e 0,6% em poder das aristocracia proprietária.

A referência à grande rentabilidade da vinha deve ser tida em conta para se compreender com facilidade as mudanças de aproveitamento do solo, que se manifestam a partir do segundo terço do século.

Quando, em 1821, a Câmara avaliava a participação no rendimento dos preços rurais dos distintos aproveitamentos portuenses, observa-se que a vinha representava 36% do mesmo, percentagem idêntica à dos cereais. Mas temos de ter em conta que o vinhedo representava 10% das terras avaliadas, ainda que os cereais significassem 55% das terras incluídas na apreciação.

Por outro lado a vinha era explorada quase em 90% pelos seus proprietários; a média local de posse directa da terra era de 33%. Mas os cereais e olivais, os produtos mais rentáveis, eram arrendados em mais de 75% dos casos. Há, pois, uma clara disposição para a exploração directa das vinhas por parte dos lavradores. Trata-se de uma atitude empresarial muito diferente da da aristocracia rentista, de base cerealífera e olivícola. Os proprietários das explorações vitícolas tentavam evitar o esgotamento das vinhas nas mãos de arrendatários que podiam prejudicar as cepas e o seu futuro desenvolvimento.

Diversos agentes económicos da burguesia nascente foram atraídos pelos lucros do negócio vinhateiro: terratenentes, comerciantes gaditanos, nacionais e estrangeiros, arrendatários de terras, profissionais liberais, etc. Javier Maldonado constatou que quase três quartos dos 25 maiores contribuintes portuenses, em 1818, tinham interesses económicos em alguma das fases do processo de produção e comercialização dos vinhos locais. Juntamente com este poder económico vem o lógico e conseqüente prestígio e consideração social e uma notória representação na Câmara, o controlo da vida pública local.

Analizando o caso portuense, haveria que abordar o termo de Jerez, que ocupa quase uma quinta parte da provincia de Cádiz. Foi a nossa colega Dolores Lozano Salgado quem tratou de tão sugestiva quanto difícil tarefa. Da sua investigação, que está prestes a terminar, podemos adiantar algumas ideias.

O termo municipal de Jerez de la Frontera abarca uma superfície total de 281.047 aranzadas (1.410 Km<sup>2</sup>), encontrando-se recolhidas e descritas no Cadastro de Riqueza, de 1818, 272.924,55 aranzadas; as restantes aranzadas seriam as correspondentes ao perímetro urbano da cidade e a outros pequenos núcleos populacionais disseminados pelo termo. Nesta data, a superfície não cultivada em tão extenso município cobre 116.195,5 aranzadas, o que se traduz em 42,4% da superfície total.

Entre as culturas de sequeiro destaca-se, sem lugar para dúvidas, o predomínio

absoluto das terras de cereal, que cobrem mais da metade do termo (141.664,5 aranzadas, 51,7%), percentagem que se eleva a 89,8% se se consideram unicamente em as terras cultivadas. Portanto, uma autêntica monocultura cerealífera, da qual já tinhamos notícia para estas datas através do viajante Antonio Ponz<sup>9</sup>.

Perante esta realidade avassaladora das terras cerealíferas, é óbvio que as restantes culturas têm uma presença pouco significativa dentro do termo, uma vez que se distribuem pelos restantes 10,2% das terras cultivadas. Essencialmente, como é lógico para a zona geográfico-climática que analisamos, são as outras culturas de sequeiro, vinha e oliveira, que levam a parte de leão da percentagem citada. Ambas acumularam 9,8% das terras cultivadas – que por sua vez são 5,7% do conjunto do termo municipal – com proporções muito parecidas: a vinha predominava, ocupando 8.311 aranzadas e a oliveira abarcava 7.264 aranzadas, o que, relativamente às leiras cultivadas, representa 5,2% e 4,6%, respectivamente, referindo-nos sempre a 1818. Definitivamente, uma presença, como dizíamos, muito pouco significativa, que nos chama atenção sobretudo no caso do vinhedo, quando é sabida e reconhecida a importância da indústria vitivinícola jerezana durante toda a época moderna e, especialmente, como referimos, a partir da segunda metade do século XVIII.

Sem dúvida, foi durante os anos vinte e trinta do século XIX que se produziu uma mudança substancial na paisagem agrária jerezana, avançando a vinha em detrimento da oliveira e dos cereais<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> A quantia dada para a terra de cereal é de 140.780 aranzadas, muito próxima, como se pode ver, à recolhida pelo Cadastro de Garay. PONZ, Antonio – *Viaje de España, en que se noticia de las cosas más apreciables, y dignas de saberse, que hay en ella*. Edição fac-simile. Madrid, 1972. Tomo XVII, p. 262.

<sup>10</sup> A distribuição das culturas de meados dos anos trinta corresponde ao livro de Joaquín Portillo, *Noches Jerezanas*, segundo o qual as terras cultivadas do termo se repartiam da forma seguinte: 139.268 aranzadas de terras de cereal; 10.600 de vinha, 5.599 de oliveira e pinheiro, e 380 de mata e horta. A outra distribuição, de meados dos anos quarenta, pertence ao *Diccionario de Madoz*, que é muito mais incorrecta e apresenta erros garrafais. Fala de mais de 150.000 aranzadas destinadas a terras de pão e de 16.000 aranzadas para o vinhedo, além de mais de 200.000 aranzadas de terras não cultivadas – mais concretamente, fala em «terras de pastagem». Não menciona o olival, nem tão pouco faz alusão às hortas e matas. A distribuição apresentada peca por excesso, o que a torna inadmissível, já que a soma se traduz numa superfície total de 366.000 aranzadas, o que excede em muito a extensão real.

Ora, se nos fixarmos somente nos dados correspondentes à superfície destinada ao vinhedo em ambas as datas – 10.600 aranzadas para os anos trinta e 16.000 aranzadas para os quarenta, esta última pouco fiável, mas sem dúvida próxima da verdade – verificaremos um progresso do cultivo da vinha, progresso que, como mostra Portillo, se faz basicamente à custa da oliveira.

Cf.: PORTILLO, Joaquín – *Noches Jerezanas, o sea la historia y descripción de la M.N. y M.L. ciudad de Jerez de la Frontera y su término*. Jerez, 1839. Tomo I, p. 164-165. MADDOZ, Pascual – *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz*. Edição fac-simile. Valladolid, 1986, p. 248.

É ainda de assinalar o facto de nunca encontrarmos a vinha associada a parcelas de grandes dimensões: 48% das explorações vinícolas têm entre 16 e 64 aranzadas de extensão.

As investigações sobre a terra não ficam por aqui. Actualmente, Pilar Basadre está a trabalhar sobre o termo de Puerto Real e inicia-se, pouco a pouco, o trabalho sobre o outro grande centro vitivinícola, Sanlúcar de Barrameda.

Durante o segundo terço do século XIX, com o grande desenvolvimento do negócio vinhateiro jerezano (altura em que se formaram e, em alguns casos, se consolidaram as grandes empresas «bodegueras»), ao mesmo tempo em que se desenrolou o processo de concentração rural, verificou-se uma mudança notável na paisagem e na aparência das cidades com a criação e urbanização das grandes zonas «bodegueras», como demonstrou, para El Puerto de Santa María, Rafael Sánchez González<sup>11</sup> e, para o caso do Jerez, Sophie Darmaillac<sup>12</sup> e sobretudo a nossa colega Dolores Lozano Salado<sup>13</sup>.

Podemos citar, a título de exemplo, que das 440 adegas existentes em Jerez em 1754 – algumas muito pequenas, apenas para consumo familiar –, se passou a um milhar em 1868. E, entre 1870 e 1875, iniciou-se a construção das denominadas «catedrais do vinho», grandes adegas («bodegas») com alta qualificação técnica para a *crianza*<sup>14</sup> e grande capacidade de armazenamento.

Sobre o comércio dos vinhos apresentou-se, em 1990, a tese de doutoramento do professor Donald Robert Abbot, da Universidade da Califórnia, San Diego<sup>15</sup>, sobre os comerciantes espanhóis do Jerez no século XVIII. A tese de Donald Abbot, apesar de repetir em alguns momentos ideias muito conhecidas, quase tipificadas, acerta na sua argumentação principal com um assunto do máximo interesse, como é o da hierarquização das diferentes cidades do Marco do Jerez na comercialização dos vinhos e na sua função económica em geral.

Sobre este tema convém recordar que desde o século XVI encontramos uma certa concorrência entre os vinhos de Sanlúcar, El Puerto de Santa María e Jerez,

<sup>11</sup> SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Rafael – *Introducción al estudio del urbanismo portuense: el ensanche del Campo de Guía (1828-1838)*. Cádiz, 1986.

<sup>12</sup> DAMAILLAC, Sophie – *L' image viticole du paysage urbain de Jerez de la Frontera*. Mélanges de la Casa Velazquez, 1991.

<sup>13</sup> LOZANO SALADO, Dolores – *Jerez a principios del siglo XIX: urbanismo y propiedad*. Jerez, 1992.

<sup>14</sup> N.T.: *Crianza* é um termo utilizado para designar o processo de envelhecimento do vinho.

<sup>15</sup> ABBOT, Donald Robert – *The spanish and the Sherry trade: Jerez de la Frontera in the eighteenth century*. San Diego: Universidade da Califórnia, 1990. A tese do professor Abbot foi publicada por UMI, Dissertation Services, Michigan, 1993.

por causa da introdução dos vinhos de um ou outro termo no mercado das diferentes localidades, como se apontava já em 1508, em Jerez, num interessante memorial, assinado por Juan de Sauzo<sup>16</sup>. Como as colheitas não eram seguras e nem sempre eram suficientemente abundantes para assegurar o abastecimento dos mercados locais, regulamentou-se nas diferentes localidades a entrada dos mostos vindos dos termos vizinhos. A este problema não foram alheias outras populações, como Puerto Real e Chiclana.

Em Puerto Real essa medida consta já dos privilégios concedidos à cidade na época dos Reis Católicos, como comprovou a nossa colega Pilar Basadre<sup>17</sup>. Para o caso de Chiclana temos as investigações de Domingo Bohórquez<sup>18</sup>.

O professor Juan Benito Arranz<sup>19</sup> apresentou os resultados de uma investigação hemerográfica sobre o comércio dos vinhos do Jerez e El Puerto de Santa María, em meados do século XIX. A fonte utilizada é um periódico sevilhano que se especializou em temas agropecuários, *La Agricultura española*. Recolhem-se dados relativos a quatro anos, de 1860 a 1863, nos quais podemos encontrar os nomes dos exportadores, a quantidade de vinho vendida por cada um e os portos de destino, separados pela sua origem – ou seja, portuense ou jerezana – e um quadro com a soma enviada aos portos nos quais participavam as duas povoações. Os resultados são interessantes, pois, ainda que se possam observar diferenças por excesso nos volumes de exportação, relativamente a outros dados para o mesmo período recolhidos do livro *Estadísticas históricas de España*, na comunicação de Juan Benito encontramos uma informação complementar sobre a relação dos exportadores e os portos de destino, alguns dos quais não aparecem citados noutras fontes.

O comércio do vinho teve grande importância sobre o tráfico marítimo na baía de Cádiz. Queremos anunciar que, nesta matéria, encontra-se bastante adiantada uma investigação, coordenada por Alberto Ramos, sobre o movimento dos vinhos através da Baía. Utiliza-se uma fonte riquíssima e difícil sob o ponto de vista metodológico, os *Libros de la Vigía*, uma série documental que temos quase completa para o período de 1798-1852. Para o seu tratamento elaborámos um programa

<sup>16</sup> BARBADILLO, Manuel – *Alrededor del vino de Jerez*. Jerez, 1975, p. 339 e segs.

<sup>17</sup> BASADRE GONZÁLEZ, Pilar – *La calidad del vino de Puerto Real: un pleito entre cosecheros y taberneros*. In «II Jornadas de Historia de Puerto Real. Actas». Puerto Real, 1994, p. 137 a 148.

<sup>18</sup> BOHÓRQUEZ JIMÉNEZ, Domingo – *Gobierno y hacienda municipal en el Ducado de Medina Sidonia durante la Edad Moderna: Chiclana de la Frontera*. Chiclana de la Frontera, 1995.

<sup>19</sup> BENITO ARRANZ, Juan – *La extracción de vino de Jerez de la Frontera y El Puerto de Santa María durante los años de 1860 a 1863*. «XV Jornadas de Viticultura y Enología de Tierra de Barros (Almendralejo 3-7 Maio 1993)». Zafra: E.U. Santa Ana, 1994, p. 549 a 561.



informático apropriado que denominámos VIGÍA, o qual nos tem proporcionado uma grande quantidade de dados sobre todo o negócio mercantil na baía gaditana.

Apesar do tema do seu livro não tratar exclusivamente a Demarcação do Jerez, mas reflectir sobre o mundo da vinha e do vinho em Espanha, é obrigatório recordar o excelente trabalho de Juan Pan-Montojo<sup>20</sup>, sobre a política estatal relativamente à produção e ao comércio do vinho. Nele se aborda a história da viticultura espanhola num período da máxima importância, uma vez que é o de maior expansão do vinhedo. Como o autor aponta, esta época estende-se desde as primeiras medidas da revolução liberal – e a consequente etapa expansiva entre 1840 e 1860 – até à primeira regulamentação moderna do sector através do Estatuto do Vinho de 1932, depois da chamada «idade de ouro» dos anos de 1880-1890.

Ainda que necessariamente breves, dado o carácter geral do livro, devemos destacar as páginas magistrais que o professor Huetz de Lemps dedica aos vinhos jerezanos no seu livro sobre as vinhas e os vinhos espanhóis<sup>21</sup>. Recordamos ainda a tese de doutoramento de Sophie Darmaillac, *Les grandes maisons viticoles du vignoble de Jerez de la Frontera*, dirigida pelo professor Alain Huetz de Lemps e apresentada na Universidade de Bordeaux III, em 1993. Nesta tese a autora aborda o panorama das casas vitícolas jerezanas, em especial os casos de Domecq e González Byass.

Convém, no entanto, fazer uma breve consideração a este respeito. Com demasiada frequência tem-se destacado a importância, na formação e desenvolvimento da actividade vitivinícola na nossa província, da chegada de comerciantes e homens de negócio estrangeiros, principalmente ingleses e franceses. Estes homens foram atraídos pela fama e pela possibilidade de enriquecimento, que espreitava já, em meados do século XVIII e princípios do XIX, na exploração dos vinhos da nossa terra.

Contudo, devemos recordar que, juntamente com os vindos de além fronteiras, houve um importante conjunto de nacionais. Nascidos na província de Cádiz e noutras de Espanha, não só contribuíram para cimentar o prestígio da Região Demarcada do Jerez, como em muitas ocasiões – como poderemos demonstrar através do nosso Grupo de Investigação – o seu contributo em trabalho e em capital foi superior, na totalidade, ao dos produtores vindos de outros países.

Não obstante, queremos assinalar que, em altas percentagens, tanto os estran-

<sup>20</sup> PAN-MONTOJO, Juan – *La bodega del mundo. La vid y el vino en España (1800-1936)*. Madrid, 1994.

<sup>21</sup> HUETZ DE LEMPS, Alain – *Vignobles et vins d'Espagne*. Bordeaux, 1993.

geiros como os oriundos de outras províncias espanholas, rapidamente se integraram no tecido social e económico das populações a que chegaram. Em poucos anos converteram-se em arquétipos representativos do andaluz e também do gaditano. Será hoje possível questionar a representatividade andaluza dos Domecq, dos Osborne, dos Garvey, dos Argüeso, dos Barbadillo, e tantos outros?

Há que apontar a existência de dois estudos globais sobre a vitivinicultura na Região Demarcada do Jerez. Dois trabalhos em que se abordou todo o processo da produção dos vinhos, desde a terra até ao consumo. Seguindo uma ordem cronológica temos de nos referir em primeiro lugar a *SOLERA. Exposición sobre los vinos de nuestra tierra*<sup>22</sup>. Com a exposição e o catálogo que se publicou para a mesma, Javier Maldonado e Alberto Ramos queriam contribuir para um melhor conhecimento dos vinhos do Marco do Jerez: sistema de *crianza*, características e tipos, produção, comercialização, importância económica, evolução histórica, influência cultural...

O objectivo era dar conhecer o mundo das «bodegas» na sua evolução histórica e, como historiadores, trazer alguns elementos que ajudassem à reflexão sobre o estado e possibilidades de desenvolvimento da indústria vinícola. A exposição e o catálogo dirigiam-se, como é lógico, ao grande público. Neste sentido, privilegiou-se o carácter didáctico, sem perder de forma alguma o rigor científico; desta forma combinou-se harmonicamente ciência – histórica, enológica, económica... – com divulgação.

Os conteúdos versaram, fundamentalmente, sobre o processo de elaboração e distribuição dos vinhos, descrevendo a sua evolução tecnológica ao longo dos últimos séculos: a produção dos mostos, a dinâmica mercantil gerada, os agentes sociais implicados na actividade, etc. Para a sua disposição estabeleceram-se dez módulos: o meio físico, a pisa, a *crianza*, os tipos de vinho, o engarrafamento, a comercialização, os vinicultores, jogos de computador, sala de vídeos e uma taberna.

No catálogo, juntamente com a listagem dos produtos expostos nos diferentes módulos da exposição, publicaram-se quatro artigos que ilustram a realidade da vitivinicultura jerezana. Luis Péres Rodríguez tratou de forma simples os processos técnicos utilizados na elaboração do vinho da Região do Jerez. Javier Maldonado fez o mesmo com um tema de fundamental importância e ilustrativo do que historicamente representava o vinho na província de Cádiz, ao realizar umas interes-

<sup>22</sup> Produzida pelo Conselho da Cultura da Junta da Andaluzia para «Cultural Mundo Vela» e patente em El Puerto de Santa María, no ano de 1992. Com documentação do Grupo de Investigação «Historia Contemporánea. Cádiz», da Universidade de Cádiz, foram comissários e autores do roteiro, desenho e textos, Javier Maldonado e Alberto Ramos, os quais também coordenaram o catálogo *Solera. Exposición sobre los vinos de nuestra tierra*. Cádiz, 1992.

santes *Consideraciones sobre la participación del vino en la economía del Marco del Jerez y de la Bahía de Cádiz*. Alberto Ramos com *La sociabilidad y el vino: las tabernas*, examinou os locais de reunião dos indivíduos, mais concretamente as tabernas, como centros de intercâmbio social e lugares exclusivamente masculinos até há poucas décadas. Por último, Alberto González Troyano fez uma aproximação à literatura e o mundo das «bodegas».

O segundo trabalho que queremos referir é o Curso realizado na Universidade de Sevilha, no Outono de 1993, e publicado no ano passado. O livro<sup>23</sup> aborda, a partir de disciplinas distintas, a história do vinho na Andaluzia, assim como aspectos relacionados com o presente, a técnica e características das adegas, passando também por questões da antropologia social ou da literatura. Sendo o tema deste trabalho o Marco do Jerez, deixaremos de parte as intervenções que não o tratem.

Na sua conferência *Las bodegas del vino del Jerez. (Historia, microclima y construcción)*, Ignacio García del Barrio Ambrosy ofereceu, como ele mesmo aponta, um amplo resumo do seu trabalho com o mesmo título, publicado em 1984 pelo *Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación*.

Interessante é a participação de Isidoro Moreno Navarro, que em *La cultura del vino en Andalucía: identidades socioculturales y culturas del trabajo*, após fundamentar a existência de uma cultura do vinho, aprofunda a viticultura como motivo subjacente às identidades nas zonas de produção e a sua influência na criação de características sociais próprias e na cultura do trabalho.

Juan José Iglesias expõe em *Los siglos modernos: el impacto de la coyuntura americana y la diversificación de mercados* um trabalho bem documentado, em que examina a expansão do cultivo da vinha na Andaluzia. É uma expansão que, como o autor indica, se deve ter iniciado na época medieval, ainda que se tenha reforçado a partir do século XVI, em consequência do auge dos vinhos andaluzes nos mercados exteriores, e reafirmado no século XVIII, graças aos mercados europeu e americano.

No artigo *De mosto a vino: surgimiento y desarrollo de la industria vinatera en Andalucía. Siglos XVIII-XX*, Javier Maldonado aborda, primeiramente, a importantíssima transformação que sofreu a indústria vinícola andaluza no último terço do século XVIII, que consistiu na implantação do envelhecimento dos vinhos através do sistema de *criaderas* e *soleras*<sup>24</sup>. Depois desta exposição inicial, estudam-se muito acertadamente as características da indústria vinícola contemporânea e as

<sup>23</sup> IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan José (ed.) – *Historia y cultura del vino en Andalucía*. Sevilha: Universidade de Sevilha, Secretariado de Publicaciones, 1995.

<sup>24</sup> N.T.: Termos espanhóis utilizados para designar processos do sistema de envelhecimento e mistura de vinhos, no qual se vai mudando a posição das pipas para que fiquem junto ao solo.

relações entre as zonas de produção vitivinícola da Andaluzia. Tais relações tornam-se mais importantes em consequência do aumento da procura dos nossos vinhos nos mercados ingleses, principalmente os de Málaga e do Marco do Jerez, o que provocou o auge dos vinhos andaluzes no século passado.

Com mais incidência sobre o Jerez é o trabalho do nosso colega de grupo Diego Caro, intitulado *Una aristocracia obrera: los trabajadores del vino de Jerez*. Nele resgata o papel dos trabalhadores que elaboraram os vinhos da zona gaditana com o seu esforço. Analisa a tradição social dos trabalhadores, as características das suas organizações profissionais e o aparecimento e consolidação dos sinais de distinção «aristocrática», que o autor considera ser a solidariedade mutualista e a imprensa – símbolo do «trabalhador consciente». Acaba, inclusivamente, por separar as formas de comportamento de viticultores, jornaleiros, tanoeiros ou *arrumbadores*<sup>25</sup>.

Na mesma linha, dirigido especificamente para os vinhos do Marco do Jerez, há que recordar o Curso da Universidade Internacional Menéndez y Pelayo (UIMP), coordenado por Javier Maldonado e Alberto Ramos. Tinha como principal objetivo a actualização dos conhecimentos científicos sobre a evolução e os principais aspectos do negócio vitivinícola jerezano nos três últimos séculos.

No decorrer do Curso surgiram novas interpretações sobre o aparecimento e desenvolvimento da vinicultura jerezana contemporânea, nos aspectos económicos, sociais, institucionais, técnicos, empresariais e culturais. Os aspectos meramente técnicos foram abordados por Luis Pérez em *La elaboración del Jerez: orígenes y evolución*. A evolução da vinicultura do Marco do Jerez entre fins do século XVII e meados do XVIII foi o tema de Juan José Iglesias, enquanto Javier Maldonado analisou a *Génesis de la vinatería jerezana y sanluqueña contemporánea (Siglos XVIII-XIX)*. A problemática da propriedade e exploração do vinhedo, em princípios do século XIX, foi a base da intervenção de Dolores Lozano Salado. A comercialização foi tratada nas conferências de Donald Abbo (*Los comerciantes españoles del vino de Jerez en época de Carlos III*) e de Alain Huezt de Lempes (*La situación de los vinos de Jerez, Oporto y Burdeos en los mercados europeos desde fines del siglo XIX*). A contribuição de Juan Luis Pan-Montojo visou a intervenção estatal – *Mercado vinícola y acción pública en la España Liberal: del fomento a la regulación*. Por último, a problemática social foi apresentada em duas conferências: Alberto Ramos Santana analisou as atitudes e mentalidades dos viticultores do Marco do Jerez, enquanto Diego Caro fez o mesmo para as organizações de trabalho e os conflitos sociais.

O curso da UIMP foi enriquecido com várias mesas redondas, onde foram expostos temas colaterais, como a arquitectura das adegas, aspectos literários,

<sup>25</sup> N.T.: Operário que trasfega e clarifica os vinhos.

investigações em curso e a problemática actual da Demarcação do Jerez. Os resultados deste Curso serão dados à estampa brevemente.

Em Maio de 1995 celebraram-se, em El Puerto de Santa María, as «Jornadas sobre el vino fino»<sup>26</sup>, que tiveram um carácter histórico-antropológico. Das diversas acções e intervenções que se sucederam, há que destacar, dentro da linha de investigação histórica que estamos a comentar, na sessão dedicada à análise dos começos do vinho fino como vinho diferenciado, a intervenção de Juan Guerrero, Director do Arquivo Histórico González Byass, e de Javier Maldonado; ressalte-se igualmente, na sessão intitulada «Estética y mentalidad en las etiquetas del Vino Fino», a participação do nosso colega Juan Ramón Cirici e Alberto Ramos.

Por uma questão de tempo, algumas actividades ficam por relatar<sup>27</sup>. Contudo não queremos deixar de referir, ainda que brevemente, algumas acções do nosso grupo de investigação, que, do nosso ponto de vista, nos ofereceram resultados com interesse.

Para o desenvolvimento da investigação estabeleceram-se diversos protocolos com diferentes empresas e instituições radicadas na Região do Jerez, como: Domecq, Sandeman, Cámara de Comercio de Cádiz, Casino Gaditano, Consejo Regulador del Brandy de Jerez, Bodegas Lacave Gomez, APROMAN (Asociación para la Promoción de la Manzanilla de Sanlúcar de Barrameda).

Para o ano de 1995 sublinhamos o facto de, depois de apresentarmos o projecto de candidatura em Maio de 1994, termos conseguido entrar para o Programa Stride Universidad, da União Europeia. Em consequência do projecto apresentado, foi-nos concedido um importante subsídio para a criação e funcionamento (desde Outubro de 1995) da Unidad de Estudios Históricos del Vino, da Universidade de Cádiz – um centro de investigação preparado para guardar documentação original, além de ser um lugar tecnicamente apto para reproduzir e arquivar microfímes da documentação de arquivos que sejam cedidos temporariamente.

Como devem saber perfeitamente, o trabalho com fontes documentais de arquivos privados, já de si difícil, vê-se dificultado em muitas ocasiões devido às condições materiais dos locais onde os particulares podem guardar essa documentação, o que inclusivamente põe em perigo a sua conservação. Um bom exemplo disso é o esforço económico feito entre o *Vicerrectorado de Investigación*, o *Decanato de la Facultad de Filosofía y Letras* e o próprio Grupo de Inves-

<sup>26</sup> Os resultados foram publicados Exma. Cámara de El Puerto de Santa María. Cf. MALDONADO ROSSO, Javier (ed.) – *Actas de las I Jornadas del Vino Fino. Historia, Arte y Mentalidades*. El Puerto de Santa María, 1996.

<sup>27</sup> Entre elas destaque-se o Curso da Universidade Internacional da Andaluzia, em La Rábida, realizado em Agosto de 1995, e dirigido por Javier Maldonado e Alberto Ramos, intitulado «Vinos y aguardientes andaluces en América».

tigação, para comprar a documentação que denominamos «Papeles Macpherson», que corria o perigo de desaparecer.

Neste mesmo sentido, conseguimos a cedência dos fundos históricos da empresa Lacave, cujos proprietários manifestaram a dificuldade em conseguir condições de pôr à consulta os ditos fundos. Foi-nos igualmente oferecida documentação de outras adegas de grande trajectória histórica e muito representativas do Marco do Jerez, para a sua reprodução nos mais avançados suportes técnicos.

Para finalizar, gostaríamos de indicar que podemos acrescentar alguns aspectos sobre os quais se abrem novas linhas de investigação, dentro dos trabalhos que aludimos sobre a formação do capitalismo, a estrutura da propriedade, as trocas de capitais, de técnicas, rendimentos e comércio. Neste sentido, estamos a trabalhar sobre a ascendência e composição familiar dos principais viticultores, a consolidação das suas fortunas e as bases materiais do seu desenvolvimento capitalista. Estudamos do mesmo modo os trabalhos do vinho, a contestação social e a vida política local, provincial e regional relacionada com a vitivinicultura. E também as mentalidades, a literatura e a arte.

Novas perspectivas se abrem na investigação em torno da problemática do vinho de Jerez, como o estudo das atitudes e comportamentos dos deputados gaditanos e andaluzes em geral ou a transcendência da incorporação de novas fortunas, vindas das ex-colónias espanholas, no financiamento do negócio vinícola, citando dois exemplos que começam a ser tratados como projectos de teses de doutoramento.

Com tudo isto cremos poder alcançar os objectivos básicos da nossa investigação:

- Conhecer a estrutura, dinâmica e características essenciais do subsector vitivinícola da comarca ao longo dos últimos séculos.
- Determinar a importância absoluta e relativa do subsector no conjunto da economia comarcal, regional e nacional, assim como o seu impacto à escala internacional.
- Identificar os principais elementos da burguesia vinhateira da região, assim como a sua cultura, mentalidade, aptidões e atitudes empresariais.
- Estabelecer o modelo de evolução do subsector vitivinícola do Marco do Jerez, determinando as suas fases, causas e características.